

**20 – PROCURADOR – PROVA 01****PROVA DE CONHECIMENTOS  
GERAIS****Produção e Consumo Sustentáveis**

Produção e consumo sustentáveis é uma abordagem holística aplicada para minimizar os impactos ambientais negativos dos sistemas de produção e de consumo, ao mesmo tempo em que promove melhor qualidade de vida para todos; estimula a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos e insumos; e fomenta a geração de trabalhos decentes e o comércio justo. Ademais, contribui para a conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, dissociando crescimento econômico da degradação ambiental.

A agenda PCS constitui um novo paradigma para a gestão ambiental. Ela vai além dos tradicionais mecanismos de comando e controle, pois sua abordagem e internalização requerem um novo olhar sobre o modelo de desenvolvimento. Um modelo no qual todos os atores – governos, empresas, instituições, sociedade – têm responsabilidades e papéis a cumprir se desejarmos um País onde todos tenham direito a uma melhor qualidade de vida, sem comprometer nosso meio ambiente e nosso futuro, e o das gerações que virão.

Com esse propósito, o Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS) tem como principal competência fomentar no País práticas de produção e de consumo sustentáveis (PCS) com vistas à promoção de um desenvolvimento socialmente mais justo, ambientalmente mais responsável e economicamente mais equilibrado.

O DPCS atua na implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) desde 2010, e na disseminação e apoio à implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, com vistas ao alcance das metas estabelecidas em 2015, sobretudo do ODS 12, de assegurar os padrões de produção e consumo sustentáveis.

Buscamos, por meio da articulação institucional e com o apoio do Comitê Gestor de

Produção e Consumo sustentáveis, e dos parceiros, a promoção de sinergias entre políticas, ações e programas voltados a produção e consumo sustentáveis, visando a implementar e fortalecer ações em PCS, e o cumprimento das metas e compromissos assumidos no contexto das convenções e acordos internacionais. Padrões mais sustentáveis de produção e de consumo são o caminho mais seguro e justo para combater as mudanças climáticas, conservar e usar sustentavelmente os recursos hídricos, a biodiversidade, as florestas, todos os recursos. Para alcançarmos esses objetivos, acreditamos na cooperação, no intercâmbio de experiências e de boas práticas, e no trabalho conjunto.

(Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel>> Acessado em 22 de fev. de 2019)

**Questão 01**

Conforme seus objetivos gerais ou específicos, somente é CORRETO afirmar que o texto:

- Propõe uma agenda ambiental apontando ações específicas a fim de reverter a atual situação de degradação ambiental do planeta.
- Apresenta os principais objetivos da agenda PCS destacando o caráter holístico das ações e a integração dos agentes envolvidos.
- critica veladamente as grandes corporações agroindustriais cujas ações têm como consequência nefasta a degradação ambiental.
- destaca o papel decisivo das iniciativas governamentais no que tange à proteção da produção familiar de alimentos e da sinergia ambiental.

**Questão 02**

A respeito do que se enuncia no texto, é CORRETO afirmar somente que:



- a) A existência de trabalhos dignos para todos é incompatível com a utilização sustentável e o gerenciamento racional dos recursos naturais.
- b) A produção e o consumo sustentáveis estão sujeitos à integração dos diversos setores do País de modo a favorecer melhoria na qualidade de vida de todos.
- c) Para a implementação de uma agenda de produção e consumo sustentáveis é preciso definir bem os papéis de seus agentes de modo a gerar independência entre eles.
- d) A produção agroindustrial moderna não dispõe de recursos tecnológicos que permitam minimizar o impacto das ações produtivas no meio ambiente.

### Questão 03

A respeito da estrutura morfossintática do último período do texto é CORRETO afirmar somente que:

- a) A expressão “esses objetivos” desempenha função de sujeito.
- b) Há nesse período objeto indireto composto com dois núcleos.
- c) Dois dos substantivos do período têm complemento nominal.
- d) Existe no período oração subordinada reduzida de infinitivo.

### Questão 04

Assinale a única alternativa em que o termo destacado tem seu referente CORRETAMENTE indicado.

- a) ELA vai além dos tradicionais mecanismos de comando e controle [...] (a agenda PCS).
- b) [...] pois SUA abordagem e internalização requerem um novo olhar sobre o modelo de desenvolvimento (um novo olhar).
- c) [...] se desejarmos um País ONDE todos tenham direito a uma melhor qualidade de vida [...] (direito).
- d) [...] sem comprometer NOSSO meio ambiente e nosso futuro, e o das gerações que virão (futuro).

### Questão 05

Assinale a única alternativa em que a substituição da palavra destacada pela palavra posta entre parênteses mantém a correção gramatical e os mesmos sentidos do texto.

- a) [...] principal competência FOMENTAR no País práticas de produção [...] (incentivo).
- b) [...] DISSOCIANDO crescimento econômico da degradação ambiental (relacionando).
- c) [...] na disseminação e apoio à implementação da Agenda 2030 [...] (prevenção).
- d) A agenda PCS constitui um novo PARADIGMA para a gestão ambiental (modelo).

### Questão 06

A correlação de tempos verbais está CORRETAMENTE realizada somente no item:

- a) A ideia do “*consumo desigual*” (entre os países do Norte e do Sul) deixou de mobilizar os países pobres e as economias emergentes, como bem mostram os dois relatórios da ONU (1998, 2004) que focaram o problema do consumo.
- b) Em ambos os relatórios fica evidente que o estilo de vida urbano, dominante na maior parte do globo e também na América Latina, repetisse o padrão – ou a expectativa do padrão – de consumo praticado nos países do Norte e que, mesmo em países pobres ou emergentes, cada vez mais as pessoas eram levadas a consumir de maneira insustentável.
- c) Recentes estudos mostram que mais do que pertinência a uma determinada classe social, os padrões de renda levam as pessoas a consumirem de maneira muito parecida, sejam elas brasileiras, chinesas ou indianas.
- d) Antes da crise econômica mundial de 2008, o mundo conhecerá uma década de prosperidade econômica, e a expansão do crédito associada a políticas de combate à pobreza (um dos fortes objetivos do Milênio), fez com que milhões de pessoas pudessem consumir bens e serviços de toda espécie.

(Disponível em:

<<https://portalresiduossolidos.com/padroes-sustentaveis-de-producao-e-consumo/>>. Acessado em 22 de fev. de 2019 - com adaptações).

### Questão 07

O sinal indicativo da ocorrência de crase foi CORRETAMENTE empregado somente no item:



a) A questão da produção “suja” ou poluidora vem sendo tratada em políticas públicas desde os anos 60 e, a Conferência de Estocolmo, em 1972, realizou um admirável feito ao alertar às nações sobre os efeitos nefastos da crescente poluição industrial e urbana.

b) A questão do consumo, contudo, ficou negligenciada e só começou a ser tratada quando a literatura sociológica – que enfoca os diversos estilos de vida – mostrou uma tendência cultural que rapidamente se tornou global: o consumismo.

c) Enquanto o consumo é definido como a satisfação das necessidades básicas (comer, vestir, morar, ter acesso à saúde, ao lazer e à educação), o consumismo é uma distorção desse padrão.

d) O primeiro grande alerta sobre a necessidade de se pensar o consumo em bases sustentáveis está expresso no documento da Agenda 21 Global – espécie de roteiro para se alcançar a sustentabilidade – debatido e divulgado durante e após a Rio-92.

(Disponível em:

<<https://portalresiduossolidos.com/padroes-sustentaveis-de-producao-e-consumo/>>. Acessado em 22 de fev. de 2019 - com adaptações).

### **Questão 08**

Assinale a única alternativa CORRETA quanto à pontuação.

a) Primeiro: adquira, sempre, produtos originais e exija nota fiscal. Somente através do comércio legal, pode-se buscar igualdade nas competições de mercado.

b) Verifique onde o produto foi fabricado; quanto mais próximo de nossa casa, melhor. Ao comprar um produto oriundo da economia local estamos ajudando a fortalecer essas empresas e colaborando para o desenvolvimento da região.

c) Opte por produtos oriundos da economia verde e avalie adotar algumas de suas práticas. Produtos com o selo “fair trade”, garantem que sua produção promoveu relações de comércio mais justas e solidárias.

d) Redes ou cooperativas de consumidores facilitam o acesso a produtos orgânicos com um preço acessível. E feiras de troca mostram, ser possível, existirem relações comerciais que não se baseiam em dinheiro.

(Disponível em: <<https://dinheirama.com/impactos-sociais-e-ambientais-do-consumo/>>. Acessado em: 22 de fev. de 2019 - com adaptações).

### **Questão 09**

Assinale a alternativa em que as regras de concordância e de regência foram adequadamente respeitadas.

a) Muitos produtos que consumimos estão relacionados, direta ou indiretamente, a diversos impactos sociais, econômicos e ambientais – positivos e negativos – que afetam a vida de milhares de pessoas em muitos lugares. Esses impactos se dão de diferentes maneiras; mas, muitas vezes, sequer percebemos!

b) O alumínio, por exemplo, é base da nossa latinha de refrigerante, bicicleta ou dos diversos objetos metálicos que estão à nossa volta. Torna-se em mais uma das preocupações e considerações a que devemos ter no momento de consumir, utilizar e descartar os produtos que usamos.

c) A cadeia produtiva do alumínio é responsável pelo maior gasto mundial de energia, sendo uma das indústrias mais poluente do planeta. Os problemas nesse setor estão basicamente relacionados com os impactos da mineração, com o transporte da bauxita ao longo da Região Amazônica (pois é justamente no estado do Pará de onde se encontra a maior concentração desse minério que dá origem ao alumínio) e com a geração de energia hidrelétrica.

d) Enfim, produzir alumínio é utilizar muita água e uma grande quantidade de energia de maneira intensa e constante. Envolve retirar recursos da natureza e afetar o meio ambiente. Justamente um dos principais impactos ambientais dessa produção está ligada diretamente aos resíduos do processamento da matéria-prima do alumínio, a bauxita.

(Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2009/06/05/o-consumo-nosso-de-cada-dia-e-os-impactos-sociais-e-ambientais-artigo-de-ciro-torres/>>. Acessado em: 22 de fev. de 2019 - com adaptações).

### **Questão 10**

A palavra destacada em: “ADEMAIS, contribui para a conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, dissociando crescimento econômico da



degradação ambiental.” traduz uma relação semântica de:

- a) Concessão.
- b) Conclusão.
- c) Inclusão.
- d) Oposição.

### **Questão 11**

Acerca dos requisitos do ato administrativo, julgue os itens a seguir:

I- A competência é requisito vinculado do ato administrativo, isso porque, para que o ato seja válido é necessário verificar se foi praticado pelo agente competente conforme a legislação para a prática da conduta.

II- Conforme a corrente majoritária são cinco os requisitos do ato administrativo: competência, objeto, forma, motivo e finalidade. Sendo o objeto e o motivo discricionários.

III- O motivo, requisito vinculado do ato administrativo, é a situação de fato e o fundamento jurídico que autorizam a prática do ato.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As assertivas I e III são verdadeiras.
- b) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- c) A assertiva III é falsa.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

### **Questão 12**

No que se refere à classificação do ato administrativo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os atos vinculados são aqueles praticados pela Administração Pública sem margem de liberdade, pois a Lei define todos os aspectos da conduta. Como por exemplo, o lançamento tributário.
- b) Os atos vinculados podem ser revogados, mesmo que não possuam mérito.
- c) Os atos discricionários são aqueles praticados com margem de liberdade. Como por exemplo, aposentadoria compulsória.
- d) Os atos discricionários podem ser anulados, todavia, não podem ser revogados.

### **Questão 13**

Acerca das modalidades de licitação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As modalidades de licitação são cinco: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- b) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- c) Convite é a modalidade entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam às condições do edital até três dias antes da data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- d) Concurso é a modalidade de licitação entre pessoas com qualidade específica comprovada para ingresso em cargos da Administração.

### **Questão 14**

Relativamente aos princípios do processo administrativo, julgue os itens a seguir:

I- O princípio da impessoalidade constitui a objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.

II- O princípio da obrigatoria motivação diz que deve haver indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.

III- A finalidade significa o atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) I e II.
- c) Apenas III.
- d) I, II e III.



### **Questão 15**

Acerca dos poderes da administração, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No uso do Poder Disciplinar não há discricionariedade.
- b) No Poder Discricionário ao invés do legislador definir no plano da norma um único padrão de comportamento, delega ao destinatário da atribuição a incumbência de avaliar a melhor solução diante das peculiaridades da situação concreta.
- c) O poder Vinculado é aquele em que a lei atribui determinada competência definindo todos os aspectos da conduta a ser adotada, como exemplo, pode-se citar o decreto expropriatório.
- d) O Poder Hierárquico é interno e não permanente.

### **Questão 16**

A respeito da improbidade administrativa, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições.
- b) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações até 30% do valor da herança.
- d) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

### **Questão 17**

**NULA**

### **Questão 18**

Conforme as disposições da Lei nº 8.439/92 acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Reputa-se agente público, para os efeitos da lei de improbidade administrativa, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.
- b) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- c) Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.
- d) Somente as pessoas que presenciarem ou tiverem provas do ocorrido poderão representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

**Questão 19**

A respeito do processo administrativo, conforme a lei 9.784/99 assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Lei 9.784/99 aplica-se à administração pública federal, incluídos os órgãos dos poderes legislativo e judiciário quando no exercício de função administrativa.
- b) O processo administrativo sempre se iniciará a pedido do interessado.
- c) Pedidos de uma pluralidade de interessados não podem ser formulados em um único requerimento, mesmo que possuam conteúdo e fundamento idênticos.
- d) Em regra, é permitido a avocação temporária de competência atribuída à órgão hierarquicamente inferior.

**Questão 20**

Subordinam-se à Lei de Licitações (Lei 8.666/93), EXCETO:

- a) Órgãos da administração direta.
- b) Os fundos especiais.
- c) Entidades filantrópicas.
- d) As autarquias.

**PROVA DE CONHECIMENTOS  
ESPECÍFICOS****Questão 21**

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, conforme a Constituição, julgue os itens a seguir:

I- Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

II- Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade

pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

III- Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

**Questão 22**

Acerca da nacionalidade, conforme a Constituição, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São brasileiros natos os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- b) De maneira nenhuma a lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
- c) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, são brasileiros natos.
- d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, sem ressalvas.

**Questão 23**

No que se refere aos direitos políticos, conforme disposição constitucional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A idade mínima requisitada para os cargos políticos são critérios de inelegibilidade.
- b) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.





**Questão 32**

Acerca da responsabilidade tributária e de acordo com Código Tributário Nacional, julgue os itens a seguir:

I- Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, inclusive quando conste do título a prova de sua quitação.

II- Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

III- A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) I e III.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II.

**Questão 33**

Relativamente ao lançamento do crédito tributário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, salvo se posteriormente modificada ou revogada.
- b) Quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória, o lançamento será efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa.

c) O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito ativo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

d) A atividade administrativa de lançamento é não vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

**Questão 34**

No que se refere a isenção e a anistia, modalidades de exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A isenção abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- b) A isenção, exceto quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- c) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- d) A anistia pode ser concedida, limitadamente, às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.

**Questão 35**

De acordo com a Lei nº 6.830/80, acerca da cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) À Dívida Ativa da Fazenda Pública, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e penal.
- b) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.



c) Na execução fiscal, far-se-á a intimação da penhora ao executado, mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora.

d) Recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 15 (quinze) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.

### **Questão 36**

Acerca da repartição das receitas tributárias, conforme a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

a) Pertencem aos municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

b) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

d) A União entregará dez por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste um terço dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer.

### **Questão 37**

Relativamente às modalidades de extinção do crédito tributário, mais especificamente quanto ao

pagamento conforme o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA:

a) Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

b) A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, inclusive os referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

c) Prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

d) O prazo de prescrição é suspenso pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, do início, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.

### **Questão 38**

No que se refere à ação popular, assinale a alternativa CORRETA:

a) A sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, quando incorrerem em culpa.

b) Quando o pleito interessar simultaneamente à União e a quaisquer outras pessoas ou entidade, será competente o juiz das causas da União, se houver; quando interessar simultaneamente ao Estado e ao Município, será competente o juiz das causas do Município, se houver.

c) A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita somente com o título eleitoral.

d) O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou administrativa, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.

**Questão 39**

Acerca do Mandado de Segurança, julgue os itens a seguir:

I- Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

II- Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

III- A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Apenas III.

**Questão 40**

Relativamente ao Habeas Data, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A inicial será desde logo indeferida, quando não for o caso de habeas data, ou se lhe faltar algum dos requisitos previstos na lei. Do despacho de indeferimento caberá apelação.
- b) O pedido de habeas data não poderá ser renovado, mesmo que a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- c) Ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição, entregando-lhe a segunda via apresentada pelo impetrante, com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de quinze dias, preste as informações que julgar necessárias.

d) Quando o habeas data for concedido e o Presidente do Tribunal ao qual competir o conhecimento do recurso ordenar ao juiz a suspensão da execução da sentença, desse seu ato caberá apelação para o Tribunal a que presida.

**Questão 41**

Acerca dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal é formado pelos Juizados Especiais Cíveis e pelos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- b) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) As Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais são compostas por juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de 4 (quatro) anos, e integradas, preferencialmente, por juízes do Sistema dos Juizados Especiais.
- d) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 70 (setenta) salários mínimos.

**Questão 42**

Relativamente à Ação Direta de Inconstitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A petição inicial inepta, não fundamentada e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator. Cabe revisão constitucional da decisão que indeferir a petição inicial.
- b) O relator pedirá informações aos órgãos ou às autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo



impugnado. As informações serão prestadas no prazo de trinta dias contados do recebimento do pedido.

c) É admitida intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.

d) É admitida a desistência, mesmo após proposta a ação direta.

#### Questão 43

Relativamente aos princípios do Direito do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

a) A visão mais ampla do princípio da norma mais favorável entende que este atua em tríplice dimensão no Direito do Trabalho: informadora, interpretativa/normativa e hierarquizante.

b) O princípio da condição mais benéfica dispõe que o operador do Direito do Trabalho deve optar pela regra, norma jurídica, mais favorável ao obreiro.

c) O *in dubio pro operário* é regra de aplicação da norma, visa proteger o empregado. Em caso de dúvida quanto a que norma aplicar, aplica-se a mais benéfica.

d) O princípio da irrenunciabilidade se traduz em proteção ao empregador, que não poderá voluntariamente renunciar seus direitos.

#### Questão 44

No que se refere às características do contrato de trabalho, julgue os itens a seguir:

I- O contrato de trabalho é sinalagmático, isto é, possui obrigações contrapostas. Existe, assim, reciprocidade entre as obrigações contratuais, ensejando equilíbrio formal entre as prestações onerosas.

II- A característica do contrato de trabalho denominada “*intuitu personae*” é uma característica que atinge apenas o empregado, sendo estranha ao outro ente pactuante.

III- O contrato de trabalho é contrato de trato sucessivo, as prestações centrais sucedem-se continuamente no tempo, cumprindo-se e vencendo-se, seguidamente, ao longo do prazo

contratual. Dessa forma, a relação de trabalho é uma relação de “débito permanente”.

Pode-se afirmar que está CORRETO o que se diz em:

a) Apenas II.

b) II e III.

c) Apenas I.

d) I, II e III.

#### Questão 45

Acerca dos crimes contra a fé pública, conforme o Código Penal, julgue os itens a seguir:

I- Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, é punido com detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

II- Falsificar, fabricando-a, alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país. Pena: reclusão, de três a doze anos, e multa. Se o tipo penal ocorrer no estrangeiro: Pena (reclusão, de cinco a quinze anos).

III- Emitir, sem permissão legal, nota, bilhete, ficha, vale ou título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador ou a que falte indicação do nome da pessoa a quem deva ser pago: Pena: detenção, de um a seis meses, ou multa.

Está CORRETO o que se diz:

a) I e III.

b) Apenas II.

c) Apenas I.

d) I, II e III.

#### Questão 46

Acerca da política nacional do meio ambiente, mais especificamente quanto aos conceitos, julgue os itens a seguir:

I- Entende-se por meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

II- Entende-se por poluidor, a pessoa física, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental. A pessoa jurídica não é entendida como poluidor.





- a) Antes de prestado o serviço ou preenchida a condição, pode o promitente revogar a promessa, independente de publicidade; se houver assinado prazo à execução da tarefa, entender-se-á que renuncia o arbítrio de retirar, durante ele, a oferta.
- b) Sendo simultânea a execução, a cada um tocará quinhão igual na recompensa; se esta não for divisível, conferir-se-á por sorteio, e o que obtiver a coisa dará ao outro o valor de seu quinhão.
- c) Se o ato contemplado na promessa for praticado por mais de um indivíduo, terá direito à recompensa o que primeiro o executou.
- d) Aquele que, por anúncios públicos, se comprometer a recompensar ou gratificar a quem preencha certa condição ou desempenhe certo serviço, contrai obrigação de cumprir o prometido.